

Royalties do petróleo financiam futebol e samba

Mas municípios favorecidos estão entre os piores em desenvolvimento humano

NICOLA PAMPLONA

RIO – O empate com o time da Cabofriense, na semana passada, não deve ter agradado à torcida do campeão brasileiro de futebol, o Cruzeiro, de Belo Horizonte. Mas, certamente, fez bem aos cofres do clube, que recebeu R\$ 280 mil para jogar o amistoso em Cabo Frio, balneário fluminense, na estréia do campeão mundial Rivaldo na equipe mineira. O dinheiro foi desembolsado pela prefeitura local, uma das dez maiores arrecadoras de royalties do petróleo no País.

Cabo Frio é apenas um exemplo de como as cidades do litoral norte do Rio – com seus caixas abarrotados pelas compensações financeiras pagas pela Petrobrás para produzir petróleo na região – vêm diversificando suas atividades. Macaé, base de operações da estatal para a Bacia de Campos, por exemplo, vai doar este ano R\$ 700 mil para as escolas de samba prepararem seus desfiles para o carnaval. Praticamente todas as cidades da região investem em festivais de música popular com artistas consagrados e bons cachês – que tornam a região um dos destinos preferi-



Rivaldo foi a principal atração no amistoso que custou R\$ 280 mil aos cofres de Cabo Frio

dos dos músicos.

Bons de samba e futebol, os municípios arrecadores de royalties figuram na metade inferior do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil, apesar da alta arrecadação. O mais bem colocado é Cabo Frio, na 751ª posição, apesar de ter uma receita per capita de R\$ 2,7 mil. Este é o valor médio da arrecadação per capita dos dez municípios mais beneficiados do Estado

do Rio, superior em cerca de R\$ 500 à receita do melhor IDH do País, São Caetano do Sul (SP).

A fiscalização de uso dos royalties é difícil, admitem especialistas no assunto. “Entra tudo no caixa único do governo, só dá para saber a destinação a partir de relatórios das próprias prefeituras”, explica o professor do curso de mestrado em Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes

(Ucam), Rodrigo Serra.

Os recursos, teoricamente, são carimbados para uso em obras de infra-estrutura, saneamento e saúde. “A fiscalização é muito fraca”, completa o consultor Rafael Schetchman, que já foi superintendente da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre o assunto.

A comparação entre royalties e IDH foi elaborada pelos alunos do mestrado da Universidade Cândido Mendes. O es-

tudo ressalva, porém, que os números do desenvolvimento humano são de 2000, apenas dois anos após a mudança na legislação que aumentou a arrecadação com royalties.

Portanto, pode não ter havido tempo suficiente para que os recursos se traduzissem em melhorias na qualidade de vida da população.

Mesmo assim, os dois especialistas consultados pelo **Estado** se mostram preocupados com a destinação dos benefícios recebidos pelas cidades produtoras de petróleo. “Os royalties deveriam ser usados para multiplicar as alternativas econômicas dos municípios, pois o petróleo vai acabar um dia”, diz Serra.

Neste caso, Schetchman cita o exemplo de Quissamã, que incentiva a cultura de coqueiros e é hoje uma das maiores produtoras de água de côco do País. Quissamã tem a maior arrecadação per capita do Brasil, de R\$ 6 mil, e vem também realizando investimentos em infra-estrutura, diz o professor da Ucam

Fiscalização – Ele lembra que as prefeituras têm diversas maneiras de burlar a legislação

que determina o destino dos recursos dos royalties. “O prefeito pode patrocinar um show e incluir as despesas na conta de educação e cultura, por exemplo”, explica.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE), responsável pela fiscalização, divulgou um relatório sobre o assunto no ano passado, com base em dados dos próprios municípios. Na maioria dos casos, determinou que as prefeituras dessem mais detalhes sobre a destinação dos recursos. Em outros, acusou o uso de royalties para pagamento de pessoal, o que é vedado pela lei.

Não houve, porém, novas notícias sobre a ação fiscalizadora. Procurado pelo **Estado**, o TCE não colocou à

disposição nenhum conselheiro para comentar o assunto.

O patrocínio a eventos esportivos e culturais não configura, necessariamente, irregularidade por parte das prefeituras, lembram os entrevistados. Mas ambos concordam que há muito a se fazer para melhorar a qualidade de vida na Região Norte Fluminense, e a arrecadação com a produção de petróleo poderia ajudar neste sentido. Os prefeitos das cidades citadas não foram encontrados.

MACAÉ
LIBERA R\$ 700
MIL PARA
CARNAVAL